

PROPOSTA DE LEI N.º 156/XIII-4.ª

## ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019

Reforço da dotação da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

## PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 156/XIII-4.ª, com a seguinte redacção:

“Quadro de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 8.º)

Diversas alterações e transferências

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – (...)

7 – (...)

8 - (...)

9 - (...)

10 - (...)

11 - (...)

12 – Alterações orçamentais e transferências necessárias, para o orçamento do Tribunal Constitucional, destinadas ao reforço de meios para a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, até ao montante de € 1 250 000.

13 – (actual n.º 12)

14 – (actual n.º 13)

15 – (actual n.º 14)

16 – (actual n.º 15)

- 17 – (actual n° 16)
- 18 – (actual n° 17)
- 19 – (actual n° 18)
- 20 – (actual n° 19)
- 21 – (actual n° 20)
- 22 – (actual n° 21)
- 23 – (actual n° 22)
- 24 – (actual n° 23)
- 25 – (actual n° 24)
- 26 – (actual n° 25)
- 27 – (actual n° 26)
- 28 – (actual n° 27)
- 29 – (actual n° 28)
- 30 – (actual n° 29)
- 31 – (actual n° 30)
- 32 – (actual n° 31)
- 33 – (actual n° 32)
- 34 – (actual n° 33)
- 35 – (actual n° 34)
- 36 – (actual n° 35)
- 37 – (actual n° 36)
- 38 – (actual n° 37)
- 39 – (actual n° 38)
- 40 – (actual n° 39)
- 41 – (actual n° 40)
- 42 – (actual n° 41)
- 43 – (actual n° 42)
- 44 – (actual n° 43)
- 45 – (actual n° 44)
- 46 – (actual n° 45)
- 47 – (actual n° 46)
- 48 – (actual n° 47)
- 49 – (actual n° 48)
- 50 – (actual n° 49)
- 51 – (actual n° 50)
- 52 – (actual n° 51)
- 53 – (actual n° 52)

54 – (actual n° 53)  
55 – (actual n° 54)  
56 – (actual n° 55)  
57 – (actual n° 56)  
58 – (actual n° 57)  
59 – (actual n° 58)  
60 – (actual n° 59)  
61 – (actual n° 60)  
62 – (actual n° 61)  
63 – (actual n° 62)  
64 – (actual n° 63)  
65 – (actual n° 64)  
66 – (actual n° 65)  
67 – (actual n° 66)  
68 – (actual n° 67)  
69 – (actual n° 68)  
70 – (actual n° 69)  
71 – (actual n° 70)  
72 – (actual n° 71)  
73 – (actual n° 72)  
74 – (actual n° 73)  
75 – (actual n° 74)  
76 – (actual n° 75)  
77 – (actual n° 76)  
78 – (actual n° 77)  
79 – (actual n° 78)  
80 – (actual n° 79)  
81 – (actual n° 80)  
82 – (actual n° 81)  
83 – (actual n° 82)  
84 – (actual n° 83)  
85 – (actual n° 84)  
86 – (actual n° 85)  
87 – (actual n° 86)  
88 – (actual n° 87)  
89 – (actual n° 88)  
90 – (actual n° 89)

- 91 – (actual n° 90)
- 92 – (actual n° 91)
- 93 – (actual n° 92)
- 94 – (actual n° 93)
- 95 – (actual n° 94)
- 96 – (actual n° 95)
- 97 – (actual n° 96)
- 98 – (actual n° 97)
- 99 – (actual n° 98)
- 100 – (actual n° 99)
- 101 – (actual n° 100)“.

Palácio de S. Bento, 14 de Novembro de 2018

Os Deputados

JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

- Trata-se de dar cumprimento a uma promessa feita pelo CDS-PP, de reforçar os meios da ECFP no sentido de evitar que, por virtude das alterações recentes à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, que obrigou a ECFP a reapreciar processos de fiscalização já concluídos mas ainda não notificados, não ocorra a prescrição das sanções que cabem em razão da falta de meios humanos da ECFP;
- Esta intenção, de resto, já existia desde o momento em que a ECFP viu as suas competências reforçadas por via da mais recente alteração à Lei do Financiamento.